

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE:

\_\_\_\_\_.

1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, por volta das \_\_\_\_ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA? DE QUE FORMA?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

3) DAS LESÕES SOFRIDAS, HOVERAM SEQÜELAS PERMANENTES? QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL. (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS):

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

4) EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

5) Se a INVALIDEZ ou DEBILIDADE do autor é em grau: MÍNIMO, MÉDIO, OU, GRAVE?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

Sem mais, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.  
(Assinatura – carimbo – CRM)



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS**  
**COM CLAUSULA "AD EXITUM"**

Pelo presente instrumento de contrato, firmado entre as partes de um lado, doravante identificado como contratante Valdeir Felipe Bezerra brasileiro(a) Solteiro, Estudante portador do CPF: 123.161.604-67 residente na Rua: Silvino Monti Alegre, 500, Bairro: Zona Rural, COMARCA Governador com os advogados: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; WAMBERTO BALBINO SALES, brasileiro, casado, advogado, ambos podendo serem citados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Aeroporto, em Mossoró - RN, doravante identificados como contratados, a prestação dos seguintes serviços profissionais:

1- A parte contratante celebra com os contratados, a prestação de serviços advocatícios, com objetivo de ajuizar ação própria junto a Comarca de Mossoró -RN, tendo como parte demandada, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A;

2- A parte contratante, não pagará qualquer valor aos contratados de imediato, sendo que, ao final na lide, ocorrendo procedência caberá a parte contratante, pagar aos contratados o valor correspondente à **30% (trinta por cento)**, sob o valor da condenação, **independente da verba sucumbencial a ser arbitrada pelo Juízo da causa;**

3- Em caso de insucesso da demanda, a parte contratante não desembolsará quaisquer valores aos contratados, o risco será arcado pelos advogados contratados, independente do ônus de deslocamentos, alimentação, contratação de outros advogados, dentre outras despesas até a entrega final da pretensão requerida, sendo que, o presente firma-se na cláusula **" ad exitum";**

4- Em caso de desistência da demanda, ou, revogação dos poderes em favor de outros outorgados, deverá a parte contratante, pagar aos contratados, o valor correspondente à **30% (TRINTA POR CENTO)** sob o valor da causa;

5- Nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, caberá a parte contratada, requerer a expedição do competente alvará judicial, em separado ao da parte contratante, ao fim da lide..

Elegem as partes, para dirimir quaisquer dúvidas, e execução inclusive o presente, a comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte.

Nada mais a constar vai o presente devidamente assinado para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 10/07/2018.

Contratante: Valdeir Felipe Bezerra

Contratado: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO  
OAB/7469

Testemunhas: \_\_\_\_\_

CPF nº \_\_\_\_\_

Testemunhas: \_\_\_\_\_

CPF nº \_\_\_\_\_



**P R O C U R A Ç Ã O "AD JUDICIA"**

Outorgante: Valdeir Felipe Bezerra, brasileiro(a)-  
Solteiro, Estudante, portador do RG nº 003.137.054, e do  
CPF nº 123.164.604.64 residente na RUA: Sítio Monte Alegre  
BAIRRO: Zona Rural COMARCA Governador - Rio  
Grande do Norte, nomeia e outorga poderes a Outorgada: KELLY MARIA  
MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; DARTWNZ  
WAMBERTO BARBOSA SALES (OAB9822/RN) podendo serem intimados na Rua  
Antonio Vieira de Sá nº 986, Mossoró-RN, ao qual confere amplos e  
gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad Judicia",  
para ajuizar ação de cobrança na Comarca Mossoró -RN,  
podendo a outorgada, confessar, assinar, desistir, propor acordo,  
receber intimações, dar quitação, transigir, apresentar réplica,  
oposições, firmar acordo, receber e levantar ALVARA JUDICIAL,  
decorrente da presente ação, apresentar recurso e contra razões, e  
ainda requererem seguro de vida, junto bem como, substabelecer esta  
com ou sem reservas de poderes, podendo levantar alvará judicial,  
acompanhar todo processo até o final do julgamento, representado  
ainda os interesses do outorgante, podendo ajuizar apelação, ou,  
qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao Egrégio  
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, para garantir o direito  
do outorgante, e finalmente, praticar todos os atos necessários ao  
bom e fiel desempenho deste mandato.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 01 / 07 / 2018.

Outorgante: Valdeir Felipe Bezerra.

- Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.



## DECLARAÇÃO DE POBREZA

Valdeir Felipe Bezerra, brasileiro(a), Solteiro, Estudante  
portador do RG nº 003.137.054 e do CPF 129.161.624/61 residente na  
Sítio Monte Alegre, na Cidade de Mossoró - Rio Grande do  
Norte. Declara nos termos da Lei n. 1.060/50, que é pobre na forma  
da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as  
despesas processuais na Ação de Cobrança c/c reparação de danos, na  
Comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte. Afirma ainda  
ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não retrate a  
verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Comarca de Mossoró-RN em 10/07/2018.

Declarante: Valdeir Felipe Bezerra

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.







**AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA E REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12**

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

**INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:**

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do BENEFICIÁRIO ou do REPRESENTANTE LEGAL, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do BENEFICIÁRIO ou do REPRESENTANTE LEGAL e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

**É obrigatório Representante Legal para:**

**Beneficiário entre 0 a 15 anos** (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2- "Assinatura do Representante Legal").

**Beneficiário entre 16 e 17 anos** - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL

CPF da Vítima

Nome completo da vítima

125.161.604-61

Valdeir Felipe Bezerra

**DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL**

Nome completo	CPF titular da conta	Profissão
Valdeir Felipe Bezerra	125.161.604-61	Recebo
Endereço	Número	Complemento
Getúlio Monte Alegre	600	Casa
Bairro	Cidade	Estado
Zona Rural	Edmundo de Sá	RJ
Email	CEP	Telefone (DDD)
	39.790.000	18499832-8771

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

**FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS**

- ☐ RECUSO INFORMAR ☐ SEM RENDA ☐ ATÉ R\$ 1.000,00 ☐ R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00  
☐ R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00 ☐ R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00 ☐ R\$ 7.001,00 ATÉ R\$ 10.000,00 ☐ ACIMA DE R\$ 10.000,00

- ☐ **CONTA POUPANÇA** (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)  
☐ BRADESCO (237) ☐ BANCO DO BRASIL (001) ☐ ITAÚ (341)  
☐ CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)

- ☒ **CONTA CORRENTE** (todos os bancos)

AGÊNCIA

NRO.

D/V

CONTA

NRO.

D/V

(Informar dígito se existir)

(Informar dígito se existir)

BANCO

Nome

NRO

Bradesco

AGÊNCIA

NRO.

D/V

CONTA

NRO.

D/V

(Informar dígito se existir)

(Informar dígito se existir)

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

Mossoró, RJ de Julho de 2018

Local e Data

Valdeir Felipe Bezerra

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

FAPPF.001 V001/2017



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

**INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:**

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL\* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal\* é obrigatório para os seguintes casos:

**Casos com vítima entre 0 a 15 anos** – O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

**Casos com vítima entre 16 e 17 anos** – Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

**Casos com vítima interdita com curador** – Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima

Valdeir Felipe Bezerra

CPF da Vítima

33.364.604-64

Data do Acidente

11.06.2018

**REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA**

Nome completo do Representante Legal

CPF do Representante legal

Email

Telefone (DDD)

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

**Assinalar uma das opções abaixo:**

- ☐ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- ☒ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

11/06/2018 de 11:00 de 2018

Local e Data

Valdeir Felipe Bezerra

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DALI.001 V001/2017





## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Valdeir Felipe Bezerra,

RG nº 003.134.051, data de expedição 18/04/2008 Órgão SSP/RN

CPF nº 125.161.604.61 venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Sítio Monte Alegre</u>
Número	<u>600</u>
Apto / Complemento	<u>casa</u>
Bairro	<u>Zona Rural</u>
Cidade	<u>Governador</u>
Estado	<u>RN</u>
CEP	<u>59.790.000</u>
Telefone de Contato	<u>18419-9852-8771</u>
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Mossoró/RN 30/07/2018

Assinatura do Declarante: Valdeir Felipe Bezerra



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS**  
**COM CLAUSULA "AD EXITUM"**

Pelo presente instrumento de contrato, firmado entre as partes de um lado, doravante identificado como contratante \_\_\_\_\_, brasileiro(a) \_\_\_\_\_, portador do CPF: \_\_\_\_\_, residente na Rua: \_\_\_\_\_,

\_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, COMARCA \_\_\_\_\_, com os advogados: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; WAMBERTO BALBINO SALES, brasileiro, casado, advogado, ambos podendo serem citados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Aeroporto, em Mossoró - RN, doravante identificados como contratados, a prestação dos seguintes serviços profissionais:

1- A parte contratante celebra com os contratados, a prestação de serviços advocatícios, com objetivo de ajuizar ação própria junto a Comarca de \_\_\_\_\_-RN, tendo como parte demandada, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A;

2- A parte contratante, não pagará qualquer valor aos contratados de imediato, sendo que, ao final na lide, ocorrendo procedência caberá a parte contratante, pagar aos contratados o valor correspondente à **30% (trinta por cento)**, sob o valor da condenação, **independente da verba sucumbencial a ser arbitrada pelo Juízo da causa;**

3- Em caso de insucesso da demanda, a parte contratante não desembolsará quaisquer valores aos contratados, o risco será arcado pelos advogados contratados, independente do ônus de deslocamentos, alimentação, contratação de outros advogados, dentre outras despesas até a entrega final da pretensão requerida, sendo que, o presente firma-se na cláusula **" ad exitum";**

4- Em caso de desistência da demanda, ou, revogação dos poderes em favor de outros outorgados, deverá a parte contratante, pagar aos contratados, o valor correspondente à **30% (TRINTA POR CENTO)** sob o valor da causa;

5- Nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, caberá a parte contratada, requerer a expedição do competente alvará judicial, em separado ao da parte contratante, ao fim da lide..

Elegem as partes, para dirimir quaisquer dúvidas, e execução inclusive o presente, a comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte.

Nada mais a constar vai o presente devidamente assinado para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.

Contratante: Valdin Felipe Bizina

Contratado: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO  
OAB/7469

Testemunhas: \_\_\_\_\_

CPF nº \_\_\_\_\_

Testemunhas: \_\_\_\_\_

CPF nº \_\_\_\_\_





P R O C U R A Ç Ã O "AD JUDICIA"

Outorgante: \_\_\_\_\_, brasileiro(a) -  
\_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, e do  
CPF nº \_\_\_\_\_, residente na RUA: \_\_\_\_\_,  
BAIRRO: \_\_\_\_\_ COMARCA \_\_\_\_\_ - Rio  
Grande do Norte, nomeia e outorga poderes a Outorgada: KELLY MARIA  
MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; DARTWNZ  
WAMBERTO BARBOSA SALES (OAB9822/RN) podendo serem intimados na Rua  
Antonio Vieira de Sá nº 986, Mossoró-RN, ao qual confere amplos e  
gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad Judicia",  
para ajuizar ação de cobrança na Comarca \_\_\_\_\_-RN,  
podendo a outorgada, confessar, assinar, desistir, propor acordo,  
receber intimações, dar quitação, transigir, apresentar réplica,  
oposições, firmar acordo, receber e levantar ALVARA JUDICIAL,  
decorrente da presente ação, apresentar recurso e contra razões, e  
ainda requererem seguro de vida, junto bem como, substabelecer esta  
com ou sem reservas de poderes, podendo levantar alvará judicial,  
acompanhar todo processo até o final do julgamento, representado  
ainda os interesses do outorgante, podendo ajuizar apelação, ou,  
qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao Egrégio  
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, para garantir o direito  
do outorgante, e finalmente, praticar todos os atos necessários ao  
bom e fiel desempenho deste mandato.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.

Outorgante: Valden Felipe Bezerra

- Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.



## DECLARAÇÃO DE POBREZA

\_\_\_\_\_, brasileiro(a), \_\_\_\_\_,  
portador do RG nº \_\_\_\_\_, e do CPF \_\_\_\_\_, residente na  
\_\_\_\_\_, na Cidade de \_\_\_\_\_ - Rio Grande do  
Norte. Declara nos termos da Lei n. 1.060/50, que é pobre na forma  
da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as  
despesas processuais na Ação de Cobrança c/c reparação de danos, na  
Comarca de \_\_\_\_\_ - Rio Grande do Norte. Afirma ainda  
ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não retrate a  
verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Comarca de Mossoró-RN em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.

Declarante: Volden Felipe Bezerra

### CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



## DECLARAÇÃO DE ISENTO DO IMPOSTO DE RENDA

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro, \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, com CPF nº \_\_\_\_\_, residente na  
Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, BAIRRO: \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_-RN, DECLARA, sob as penas da lei que é isento  
de declarar imposto de renda, por não ter meios suficientes,  
fazendo presente declaração nos termos- conforme previsto na Lei  
7.115/83. Estou ciente das sanções administrativas, penais e  
cíveis, nos termos do art. 299 do CPB. Nada mais a constar lavro o  
presente para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoro-RN, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Declarante: \_\_\_\_\_

### CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO TECNICO CIENTIFICO DE POLICIA  
COORDENADORIA DE IDENTIFICACAO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTERIO DA FAZENDA

Receita Federal  
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número  
125.161.604-61

Nome  
VALDEIR FELIPE BEZERRA

Nascimento  
12/10/1991

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
GERAL  
NOME  
003.137.051

DATA DE  
EXPIRAÇÃO  
18/10/2009

FILIAÇÃO  
VALDEIR FELIPE BEZERRA

NOME  
MANOEL FELIPE BEZERRA

NATURALIDADE  
ALDECI LUIZIA BEZERRA FELIPE

CPF  
12.161.604-61

DOC. ORIGEM  
MOSSORÓ RN

CERT. DE NASCIMENTO  
L-4-22 F-117 RG-5753

DATA DE NASCIMENTO  
12/10/1991

ASSINATURA DO TITULAR  
Cristiane Bezerra S. Dantas

LEI Nº 7.116 DE 29.08.83

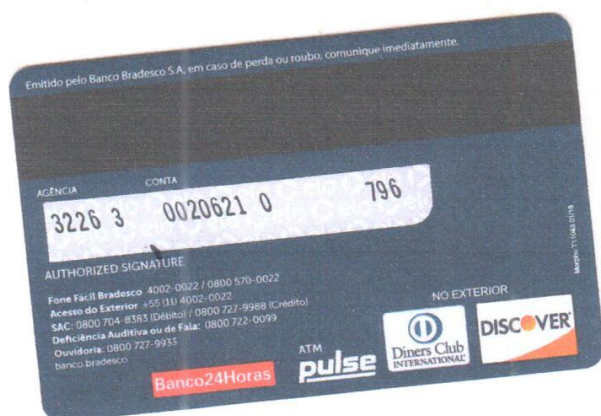
CÓDIGO DE CONTROLE  
DCB9.0FB3.6BE3.A419

A autenticidade deste comprovante deverá  
ser confirmada na Internet, no endereço  
[www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)

Comprovante emitido pela  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 11:47:56 do dia 23/01/2014 (hora e data de Brasília)  
dígito verificador: 00





**RECEBIMOS**

COSSA SPORTEANDO DO BANCO BRASCO S.A.  
 R. LUIZ DE OLIVEIRA, 111 - JARDIM  
 K. 12.000 - 01200-000 - DATA 26.06.2018  
 VALOR DE R\$ 100.000,00  
 CORRESPONDENTE DO BANCO BRASCO S.A.

DEPOSITO EM CASH DE CASH  
 DATA 26.06.2018 VALOR DE R\$ 100.000,00  
 CONTAS DE BANCO: 00000000000000000000  
 DE R\$ 100.000,00  
 VALOR DE R\$ 100.000,00  
 VALOR DE R\$ 100.000,00

DEPOSITO EM CASH DE CASH  
 DATA 26.06.2018 VALOR DE R\$ 100.000,00  
 CONTAS DE BANCO: 00000000000000000000  
 DE R\$ 100.000,00  
 VALOR DE R\$ 100.000,00  
 VALOR DE R\$ 100.000,00

DEPOSITO EM CASH DE CASH  
 DATA 26.06.2018 VALOR DE R\$ 100.000,00  
 CONTAS DE BANCO: 00000000000000000000  
 DE R\$ 100.000,00  
 VALOR DE R\$ 100.000,00  
 VALOR DE R\$ 100.000,00

DEPOSITO EM CASH DE CASH  
 DATA 26.06.2018 VALOR DE R\$ 100.000,00  
 CONTAS DE BANCO: 00000000000000000000  
 DE R\$ 100.000,00  
 VALOR DE R\$ 100.000,00  
 VALOR DE R\$ 100.000,00





NOTA FISCAL | FATURA | CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA 2ª VIA

1/1

COMPANHIA ENERGÉTICA  
DO RIO GRANDE DO NORTE  
RUA MERMOZ, 150, BALDO,  
NATAL, RIO GRANDE DO NORTE  
CEP 59025-250  
CNPJ 08.324.196/0001-81  
INSCRIÇÃO ESTADUAL 20055199-0



www.cosern.com.br

Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de 26/04/02  
Ligação Gratuita:  
-TELEATENDIMENTO COSERN: 116  
-Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142  
-Ouvidoria 0800 084 0404  
Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte  
ARSEP: 0800 727 0167 -Ligação Gratuita de telefones fixos  
Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL 167  
Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis

DADOS DO CLIENTE

ALDECI LUZIA BEZERRA FELIPE  
CPF: 968.569.044-87

DATA DE VENCIMENTO  
**25/05/2018**

TOTAL A PAGAR (R\$)  
**73,09**

DATA DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL  
**18/05/2018**

DATA DA APRESENTAÇÃO  
**18/05/2018**

NÚMERO DA NOTA FISCAL  
**006724158**

Série: U

CONTA CONTRATO  
**7008572814**

Nº DO CLIENTE  
3010781305

Nº DA INSTALAÇÃO  
2492723

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA  
SI MONTE ALEGRE 500

ZONA RURAL/ÁREA RURAL  
59790-000 GOVERNADOR DIX SEPT ROSADO RN

CLASSIFICAÇÃO  
B1 RESIDENCIAL - RESIDENCIAL  
Trifásico

RESERVADO AO FISCO

8FDD A18C A68D 6296 5D88 579A 16B9 6FFA

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO(US)	VALOR(US)
Consumo Ativo(kWh)	100,000000	0,83412065	83,41
Acrescimo Bandeira AMARELA			0,82
Contribuição Iluminação Pública			4,52
Multa por atraso-NF 003864967 - 22/03/18			2,17
Juros por atraso-NF 003864967 - 22/03/18			1,23
Atualização IGPM-NF 003864967 - 22/03/18			0,84

Comunicamos o não pagamento da(s) conta(s) de energia citada(s):  
Vencido Dt reaviso Valor Vencido Dt reaviso Valor  
26/04/18 18/05/18 71,05

Em caso de não pagamento do débito, o fornecimento de energia poderá ser suspenso, bem como poderá ocorrer sua inclusão nos registros de restrição de crédito do SPC e SERASA, com abrangência nacional.  
Este comunicado não substitui o aviso de débitos anteriores bem como não abrange débitos em discussão judicial que poderão ser cobrados após o fim do processo.

Tarifas Aplicadas  
Consumo Ativo(kWh)

0,47647827

HISTÓRICO DO CONSUMO

	kWh
MAI 18	100
ABR 18	117
MAR 18	203
FEV 18	141
JAN 18	144
DEZ 17	141
NOV 17	131
OUT 17	147
SET 17	153
AGO 17	131
JUL 17	100
JUN 17	100
MAI 17	100

Faturado pelo mínimo da fase  
- Custo de Disponibilidade,  
Artigo 98, Resolução ANEEL  
414/2010.

TOTAL DA FATURA 73,09

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS								
IE DE CULO	ICMS		PIS			COFINS		
	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CALCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CALCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
64,23	18,00	11,56	64,23	1,22	0,78	64,23	5,84	3,52

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

PRO DO	TIPO DA	ANTERIOR	ATUAL	Nº	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO
IDOR	FUNÇÃO	DATA	LEITURA	DIAS			(kWh)
745810	CAT CRT	18/04/2018	3.887,00	18/05/2018	3.946,00	25	59,00
745810		18/04/2018	3.167,00	18/05/2018	3.209,00	25	42,00

A PREVISTA DA PRÓXIMA LEITURA: 19/06/2018

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES

DESCRIÇÃO	CONJUNTO	VALOR	LIMITE	LIMITE	LIMITE
		ANUAL	DIÁRIO	SEMANAL	ANUAL
DIC-Nº de horas sem Energia	DIX SEPT ROSADO	0,0000	5,31	10,62	21,25
FIC-Nº de vezes sem Energia		0,0000	3,17	6,35	12,70
DMIC-Duração máxima de interrupção contínua		0,0000	3,03	0,00	0,00
DICRI-Duração de Interrupção em dia crítico					
Limite DICRI: 12,22					
EUSO-Valor do Encargo de uso de sistema de distribuição = R\$ 23,42					
Todo Consumidor pode solicitar a separação dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer tempo.					

NÍVEIS DE TENSÃO

TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO(V)	
	MÍNIMO	MÁXIMO
220	202	231
380	348	396

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

AÇÕES IMPORTANTES

Em 22/04, tarifa com reajuste médio de 14,88% para Baixa Tensão e 17,47% para Alta Tensão-FIEH 2 386/16.  
Aumento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie.  
A da leitura e bandeira em vigor é a Amarela. Mais informações em www.aneel.gov.br.  
Se é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento.  
em atraso para multa 2%(Res414/ANEEL), Juros 1%(Lei 10.438/02) e atualização monetária no próx. mês.  
Se é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.  
Se de suspensão de fornecimento, o encerramento do contrato poderá ocorrer após 2 ciclos de faturamento.  
Se também ser cobrado o custo de disponibilidade no ciclo em que ocorrer a suspensão.



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 16/07/2019 12:18:18

https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071522311827600000045294960

Número do documento: 19071522311827600000045294960



Admissão: 11/06/2018 21:28:14

## CIRURGIA GERAL - VERDE

Paciente: 13813 - VALDEIR FELIPE BEZERRA (26 a 7 m 30 d)

Nascimento: 12/10/1991

Natural: MOSSORO-BRASIL

Sexo: M Cor: PARDA

CNS: 898050075993955

CPF: 12516160461

Prof:

Mãe: ALDECI LUZIA BEZERRA FELIPE

Pai: MANOEL FELIPE BEZERRA

Logradouro: MONTE ALEGRE, 1

CEP: 59790000

Bairro: GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

Cidade: GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

Telefone: 84.99791960 84 99791960

Compl:

Motivo (alegado pelo paciente): QUEDA - MOTO

Tipo: REGULADO

Origem: FAMILIA

\*Empresa:

OBS:

Classificação: 11/06/2018 21:23:45

PESO:

HORA	P.A.	HGT	SatO2	FIO2	F.R.	F.C.	TEMP.	Glasgow	RTS

## HISTÓRIA - EXAME FÍSICO

Queixas: acidente de moto apresentando trauma de face, corte contuso suturado.

Hora: 21:50

pto vítima de ac. de moto e trauma  
craol, aperto FCC foi suturado com  
hemifex (E) e edema periorbital instalado.  
Ao ex. físico não foram sinais de fratura  
facial.  
Solicito TC de face.  
TC de face sem alterações.  
AITA BMF

Dr. Adriano Albuquerque  
Cirurgião Bucal, Maxilo-facial  
e Otorrinolaringologista  
CRM 102477

Diagn. Inicial:

## PRESCRIÇÃO:

VIA

HORÁRIO

ASSINT.

Voltar em 25 dias comp. tal

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA  
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL  
SAME MOSSORO 27/07/2018  
BIA

SAME/ARQUIVO

\*Saída: - ( ) Decisão médica; ( ) Enc. outro Serviço; ( ) Evasão; ( ) Interna: CID \_\_\_\_\_ Proc. \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/18. Hr: \_\_\_\_:\_\_\_\_ Ass. Médico: \_\_\_\_\_

\*Gerado via SX por ANTONIO CAVALCANTE NEGREIROS. Impresso em 11 de Junho de 2018.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DETRAN - RN 02759/00014  
Nº 6479296013  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1  
COD. RENAVAM 813498341  
RTB \*\*\*\*\*  
EXERCÍCIO 2006

NOME/ENDEREÇO  
LUZIA ANTONIA BEZERRA DE MELO  
SIT MONTE ALEGRE, 4  
ZONA RURAL

59.790-000 GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN  
CPF/CCG 466.397.134-20  
PLACA HZJ0729

CHASSI 9C2HA07103R084549  
PLACA HZJ0729/RN

ESPECIE TIPO PASSAGEIRO/MOTONETA/NAO APLICADEL  
COMBUSTIVEL GASOLINA

MARCA/MODELO HONDA/C100 BIZ ES  
ANO FÁB 2003  
ANO MOD 2003

CAP/FCV/CIL 00V/97 CILINDRADAS  
CATEGORIA PARTICULAR  
COR PREDOMINANTE VERDE

VENC. COTA UNICA 07/06/2006  
VENC. COTAS 1º PAGO  
2º PAGO  
3º PAGO

PREMIO TARIFARIO (R\$) 0  
IDF (R\$) 0  
PREMIO TOTAL (R\$) 0

DATA DE PAGAMENTO 02/01/2007

\*\*\* LICENCIAMENTO DETRAN: PAGO \*\*\*  
ALIANÇA FIDUCIARIA EM FAVOR DE: 45.441.789/0001-54  
CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA

MOTOR 400CC  
GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN  
DATA 02/01/2007

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS  
E AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA, A PESSOA(S)  
TRANSPORTADA(S) OU NÃO - SEGURO DPVAT

RNNº 6479296013  
BILHETE DE SEGURO DPVAT

NOME/ENDEREÇO  
LUZIA ANTONIA BEZERRA DE MELO  
SIT MONTE ALEGRE, 4  
ZONA RURAL

59.790-000 GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN  
CPF/CCG 466.397.134-20  
PLACA HZJ0729

EXERCÍCIO 2006  
DATA EMISSÃO 02/01/2007

RNNº 6479296013  
BILHETE DE SEGURO DPVAT - VIA CONVÊNIO

NOME/ENDEREÇO  
LUZIA ANTONIA BEZERRA DE MELO  
SIT MONTE ALEGRE, 4  
ZONA RURAL

59.790-000 GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN  
CPF/CCG 466.397.134-20  
PLACA HZJ0729

COD. RENAVAM 813498341  
MARCA/MODELO HONDA/C100 BIZ ES

ANO FÁB 2003  
CHASSI 9C2HA07103R084549

PREMIO TARIFARIO (R\$) 0  
IDF (R\$) 0  
PREMIO TOTAL (R\$) 0

DATA 02/01/2007

VIA CONVÊNIO







BR 345.200/0001-00  
CARTÃO DE NOTAS  
Código de Verificação, 29  
Centro  
CEP: 59790-000  
Gov. Dix-Sept Rosado - RN



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

## CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOME:

**FRANCISCO FLORENCIO DE MELO  
LUZIA ANTONIA BEZERRA**

MATRÍCULA:

**094383015519752000043440001042- 13**

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIROS, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS CÔNJUGES

**FRANCISCO FLORENCIO DE MELO**, nascido aos 26/03/1943, em Mossoró - RN, brasileiro, filho de LUIZ FLORENCIO DE MELO e ANTONIA LUCAS DE ALMEIDA.  
**LUZIA ANTONIA BEZERRA**, nascida aos 05/11/1950, em Gov. Dix-Sept Rosado - RN, brasileira, filha de MANOEL VIRGILIO BEZERRA e ANTONIA LUZIA BEZERRA.

DATA DE REGISTRO DO CASAMENTO (POR EXTENSO)

DIA MÊS ANO

vinte e oito de dezembro de mil novecentos e setenta e cinco

28/12/1975

REGIME DE BENS DO CASAMENTO

Comunhão Parcial de Bens

NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

LUZIA ANTONIA BEZERRA DE MELO

OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES

Consta a margem do referido termo uma anotação, datada de hoje, referente ao falecimento da contraente acima, conforme consta no Livro C-26, fls. 40 sob o n.º 11.190, no 4º Cartório de Mossoró/RN.

CARTÓRIO ÚNICO DE GOV. DIX-SEPT  
ROSADO-RN

Oficial: Adriana Felipe da Silva  
Rua Cônego Soares, 29 Centro  
Governador Dix-Sept Rosado - RN  
Fone: (84)3328-2141

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
Governador Dix-Sept Rosado - RN, 10 de março de 2010

*Adriana Felipe da Silva*

**Adriana Felipe da Silva**

Adriana Felipe da Silva  
Tabeliã / Oficiala Substituta





Governo do Estado do Rio Grande do Norte  
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social  
Polícia Civil  
Delegacia Eletrônica



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Unidade Policial: DELEGACIA MUNICIPAL DE GOV. DIX-SEPT-ROSADO  
Endereço: RUA MANOEL SALVIANO, S/N, CENTRO, PORTALEGRE

1. IDENTIFICAÇÃO DO BOLETIM

1.1 Protocolo: J2018155000130  
1.3 Tipo: ACIDENTE DE TRÂNSITO COM DANO

1.2 Data de Expedição: 25/07/2018 10.49.21  
1.4 Ligou CLOSP: Não

2. DADOS DO LOCAL DO FATO

2.1 Data/Hora do Fato: 11/06/2018 19.00.00  
2.3 Fato: Consumado  
2.5 Meio(s) empregado(s): Outros  
2.6 Tipo do local: Via Pública  
2.8 Número: SN  
2.10 Complemento:  
2.12 Bairro: CENTRO  
2.14 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

2.2 Autoria: Conhecida  
2.4 Flagrante: Não  
2.7 Logradouro: SÍTIO SABUEIRO  
2.9 CEP:  
2.11 Ponto de Referência: PRÓXIMO AO RIO  
2.13 Cidade: GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

3. DADOS PESSOAIS DO COMUNICANTE (PESSOA FÍSICA)

3.1 Nome Completo: VALDEIR FELIPE BEZERRA  
3.3 Nome Social:  
3.5 Etnia: Branca  
3.7 Sexo: MASCULINO  
3.9 CPF: 12516160461  
3.11 Nacionalidade:  
3.13 Profissão: ESTUDANTE  
3.15 Telefone(s): 84 999516590  
3.17 Número: 600  
3.19 Bairro: ZONA RURAL  
3.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE  
3.23 Cidade: GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

3.2 Estado civil: Solteiro(a)  
3.4 Pai: MANOEL FELIPE BEZERRA  
3.6 Mãe: ALDECI LUZIA BEZERRA FELIPE  
3.8 Orientação Sexual:  
3.10 Identidade de Gênero:  
3.12 Data de Nascimento: 12/10/1991  
3.14 RG: 003137051 - ITEP/RN  
3.16 Passaporte:  
3.18 Naturalidade: MOSSORO RN  
3.20 E-Mail:  
3.22 Logradouro: SÍTIO MONTE ALEGRE  
3.24 CEP:

4. DADOS PESSOAIS DA(S) VÍTIMA(S)

4.1.1 O DECLARANTE É A PRÓPRIA VÍTIMA

5. DADOS PESSOAIS DO(S) ACUSADO(S) (NÃO FORAM INCLUÍDOS ACUSADOS)

6. DADOS PESSOAIS DA(S) TESTEMUNHA(S)

6.1.1 Nome Completo: IELSON VIEIRA DE OLIVEIRA  
6.1.2 Nome Social:  
6.1.4 Etnia: Parda  
6.1.6 Mãe: MARIA IVANETE DE OLIVEIRA  
6.1.8 Sexo: MASCULINO  
6.1.10 CPF: 46639845415  
6.1.12 Nacionalidade:  
6.1.14 Passaporte:  
6.1.16 Logradouro: SÍTIO IPUEIRA  
6.1.17 Número: SN  
6.1.19 Bairro: ZONA RURAL  
6.1.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE  
6.2.1 Nome Completo: ADONIAS FRANCISCO DE MELO  
6.2.2 Nome Social:  
6.2.4 Etnia: Parda  
6.2.6 Mãe: LUZIA ANTONIA BEZERRA DE MELO  
6.2.8 Sexo: MASCULINO  
6.2.10 CPF: 67309356420  
6.2.12 Nacionalidade:  
6.2.14 Passaporte:  
6.2.16 Logradouro: SÍTIO MONTE ALEGRE  
6.2.17 Número: 02  
6.2.19 Bairro: ZONA RURAL  
6.2.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

5.1.3 Estado civil: Casado(a)  
6.1.5 Identidade Gênero:  
6.1.7 Orientação Sexual:  
6.1.9 Pai: Parda  
6.1.11 Data de Nascimento: 23/06/1966  
6.1.13 RG: 773283  
6.1.15 Profissão: AGRICULTOR  
6.1.18 CEP:  
6.1.20 Cidade: GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

5.2.3 Estado civil: Casado(a)  
6.2.5 Identidade Gênero:  
6.2.7 Orientação Sexual:  
6.2.9 Pai: Parda  
6.2.11 Data de Nascimento: 08/05/1969  
6.2.13 RG: 1084567  
6.2.15 Profissão: AGRICULTOR(A)  
6.2.18 CEP:  
6.2.20 Cidade: GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

7. VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

7.1.1 Segurado: Não  
7.1.3 Chassi: \*\*\*\*\*84549  
7.1.5 Placa: MZJ0729  
7.1.7 Marca: HONDA  
7.1.9 Ano do Modelo: 2003  
7.1.11 Cor do veículo: VERDE  
7.1.13 Nota Fiscal: 000000  
7.1.15 Nome do proprietário: LUZIA ANTONIA BEZERRA DE MELO  
7.1.17 Nome do condutor: VALDEIR FELIPE BEZERRA  
7.1.18 Observações:

7.1.2 Seguradora:  
7.1.4 Renavam: 813498341/2006  
7.1.6 Estado:  
7.1.8 Modelo: C100 BIZ ES  
7.1.10 Ano de Fabricação: 2003  
7.1.12 Tipo do veículo: MOTONETA  
7.1.14 Número do Motor:  
7.1.16 Vínculo com a Ocorrência:

8. DADOS DA OCORRÊNCIA

9. DOS FATOS

9.1 Histórico

COMPARECEU A ESTA UNIDADE DE POLÍCIA INFORMANDO QUE, NA REFERIDA DATA E HORA, CONDUZIA O VEÍCULO SUPRACITADO QUANDO DERRAPOU EM PEDRAS ESPALHADAS PELA PISTA; QUE, ADONIAS FRANCISCO DE MELO E IELSON VIEIRA DE OLIVEIRA FICARAM SABENDO DO ACIDENTE MOMENTOS DEPOIS; QUE, FOI LEVADO PARA O HOSPITAL DE GOV. DIX-SEPT ROSADO; QUE, SOFREU LESÃO NA FACE QUE, CONFORME DOCUMENTO MÉDICO EM ANEXO, DE UMA PROFUNDIDADE DE 17 CENTÍMETROS DE COMPRIMENTO; QUE, ESTÁ CIENTE DE QUE IRÁ RESPONDER PELO CRIME DO ARTIGO 309 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, MAS QUE, MESMO ASSIM, PRECISA DESTE DOCUMENTO PARA SOLICITAR O SEGURO DE TRÂNSITO. NADA MAIS

Protocolo: J2018155000130 - Código de autenticação: c3b677e358e2dd851d8f8af2e9f5c66e

Página 1 2



DISSE.

9.2 Informações do CIOSP

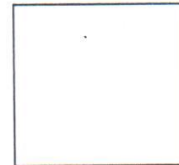
10. COMPLEMENTOS (ESSE BOLETIM NO FOI COMPLEMENTADO)

11. DECLARAÇÃO

O(s) declarante(s), sob as penas da Lei, confirmam que as informações aqui registradas são verdadeiras.  
Data 25/07/2018 10.49.21

  
Policia

  
Interessado



Polegar direito

Atendimento: 2158850 - Janaina Janielly Bezerra

Impresso por: 2158850 - Janaina Janielly Bezerra em 25/07/2018 10:49:29

FINAL DO BOLETIM DE OCORRNCIA

\* Felson Siqueira de Oliveira  
\* Admar Franco e Melo







ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX SEPT ROSADO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
REGISTRO DE ATENDIMENTO HOSPITALAR

Colocar o Número  
da Ficha

89

DATA DE ATENDIMENTO: 11/06/18  
HORA: 19:29 hs

RECEPÇÃO  
NOME: Valdeir Felipe Bienna SEXO: M IDADE: 25 a  
CARTÃO DO SUS: 898.0500.75.9903955 DATA DE NASCIMENTO: 12/10/1992  
ENDEREÇO: St. Monte Alegre  
NOME DA MÃE: Aldice Valquíria Bienna VISTO RECEPÇÃO: [assinatura]

EXPLORAÇÃO CLÍNICA		ACOLHIMENTO		ESTRATIFICAÇÃO RISCO CLÍNICO	
P.A. (mmHg): 130x100 mmHg	HIPERTENSÃO	<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	VERMELHO	<input type="radio"/>
F.C. (BPM):	DIABETES	<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	LANEJA	<input type="radio"/>
FR (IRPM):	ALERGIAS MEDICAMENTOSAS	<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	AMARELO	<input type="radio"/>
SAT (%O2):	OUAIS:	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	VERDE	<input type="radio"/>
HGT (mg/dl):	INTERNAÇÃO ANTERIOR	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	AZUL	<input type="radio"/>
TEMPERATURA (°C):	MOTIVO E LOCAL:				
PESO (kg):					
Assinatura do profissional					

CONSULTA MÉDICA  
HISTÓRIA CLÍNICA:  
Paciente refere episódios de náusea, apresentando vômitos pré e pós refeições em fezes e evacuações por todo o corpo.  
A base de fezes apresenta profundeidade e cerca 12 centímetros de comprimento.  
EXAME FÍSICO:  
SCG, corneal, esclerótica, conj. A.C.V.: R.R. em 24 B.V.F. 1/1000 Ap. P.V. em 240 1/1000 Ap. P.V. em 240 1/1000

EXAMES SOLICITADOS  
☐ HEMOGRAMA ☐ SUMÁRIO DE URINA ☐ ECG ☐ RADIOGRAFIA:  
☐ OUTROS:

ORIENTAÇÕES / OBSERVAÇÕES / HORÁRIOS  
MEDICAÇÃO + OBSERVAÇÃO  
ENCAMINHAMENTO ESPECIALIDADE (Bucodentário (HRTM))  
☐ SAIR A REVELIA  
☐ RETORNAR ATÉ 24H PARA REAVALIAÇÃO  
☐ INTERNAÇÃO; DESTINO  
☐ TRANSFERIDO; HORA DA 1ª REGULAÇÃO HORA DE SAÍDA (DESTINO):  
Dr. Igor Marx A. Calixto  
MÉDICO  
CRM-RN 8874  
Assinatura do médico





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX SEPT ROSADO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
REGISTRO DE ATENDIMENTO HOSPITALAR

PRESCRIÇÃO MÉDICA - EVOLUÇÃO MÉDICA	CHECAGEM DE MEDICAÇÕES E EVOLUÇÃO DA ENFERMAGEM
<p>1 Anestesia.</p> <p>2 Limpeza da cavidade com soro</p> <p>3 Anestesia local.</p> <p>4 Sutura com fio Nylon 3-0 e 4-0.</p> <p>5 Curativo.</p> <p>6 Regulado ao HRM por avaliação do Buco maxilo.</p>	<p>Ana Tais Lopes de Oliveira COREN-RN - 540592 - ENF</p> <p>19/35h</p> <p>Dr. Igor Marx A. Calixto MÉDICO CRM-RN 8874</p> <p>Dr. Igor Marx A. Calixto MÉDICO CRM-RN 8874</p> <p>Dr. Igor Marx A. Calixto MÉDICO CRM-RN 8874</p>
<p>EM CASOS DE RECUSA DE TRATAMENTO, MEDICAÇÕES, TRANSFERÊNCIA</p> <p>Estou ciente de minha decisão em não aceitar o tratamento completo conforme prescrito, assumindo os riscos inerentes ao contrariar as orientações e riscos alertados pela equipe hospitalar</p> <p>Assinatura do paciente ou responsável</p> <p>OBSERVAÇÕES FINAIS DA EQUIPE (ACEITARAM ORIENTAÇÕES ACIMA?)</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não, Especificar:</p> <p>Assinatura do profissional:</p> <p>Assinatura do profissional:</p>	



## PROCURAÇÃO PARTICULAR

### BENEFICIARIO/VITIMA:

Nome: Valdeir Felipe Bezerra

Nacionalidade: Brasileiro Est. Civil: Solteiro

Profissão: Estudante Identidade: 003.137.051

Endereço: Sítio Monte Alegre 600, Zona Rural  
Governador

### PROCURADOR:

Nome: Adonias Francisco de Melo

Nacionalidade: Brasileiro Est. Civil: Solteiro

Profissão: Autônomo Identidade: 003.137.051

CPF: 123.767.604-61

Endereço: Sítio Monte Alegre 600, Zona Rural  
Governador

Pelo Presente Instrumento Particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador acima qualificado, podendo o mesmo representar-me perante a Seguradora Lider dos Consórcios DPVAT, bem como perante qualquer seguradora que faz parte do Consorcio DPVAT, também perante aos pontos de atendimento da Seguradora Lider (Correios, Sincors e Corretores), para fim específico de dar entrada no meu seguro DPVAT, podendo para tanto, assinar aviso de sinistro, autorização de pagamento e prestar declarações, bem como, levantar valores decorrente da indenização do Seguro DPVAT, junto ao Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal ou Bradesco ou qualquer outra agência credenciada, podendo ainda assinar, dar e receber quitação, tudo para o fiel cumprimento deste mandato.



MOSSORO, RN 27/07/2018  
Local e data

Valdeir Felipe Bezerra

Assinatura do Beneficiário/Vítima  
(reconhecer firma por autenticidade)





REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
ADONIAS FRANCISCO DE MELO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF  
1084567 SSP RN

CPF 673.093.564-20 DATA NASCIMENTO 08/05/1969

FILIAÇÃO  
FRANCISCO FLORENCIO DE MELO  
LUZIA ANTONIA BEZERRA DE MELO

PERMISSÃO ACC CAT. HAB. AB

Nº REGISTRO 02954526688 VALIDADE 13/07/2019 1ª HABILITAÇÃO 10/12/1993

OBSERVAÇÕES

*Adonias Francisco de Melo*  
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL MOSSORO, RN DATA EMISSÃO 17/07/2014

ASSINATURA DO EMISSOR 58498835385 RN702001544

DETRAN - RN (RIO GRANDE DO NORTE)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 958438342

PROIBIDO PLASTIFICAR 958438342



NOTA FISCAL | FATURA | CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA 2ª VIA

1/1

COMPANHIA ENERGÉTICA  
DO RIO GRANDE DO NORTE  
RUA MERMOZ, 150, BALDO,  
NATAL, RIO GRANDE DO NORTE  
CEP 59025-250  
CNPJ 08.324.196/0001-81  
INSCRIÇÃO ESTADUAL 20055199-0



www.cosern.com.br

Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de 26/04/02  
Ligações Gratuitas:  
-TELEATENDIMENTO COSERN: 116  
-Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142  
-Ouvidoria 0800 084 0404  
Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte  
ARSEP: 0800 727 0167 -Ligação Gratuita de telefones fixos  
Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL 167  
Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis

**DADOS DO CLIENTE**  
ALDECI LUZIA BEZERRA FELIPE  
CPF: 968.569.044-87

**DATA DE VENCIMENTO**  
**25/05/2018**

**DATA DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL**  
**18/05/2018**

**CONTA CONTRATO**  
**7008572814**

**DATA DA APRESENTAÇÃO**  
**18/05/2018**

**Nº DO CLIENTE**  
3010781305

**NÚMERO DA NOTA FISCAL**  
**006724158**

**Nº DA INSTALAÇÃO**  
2492723

Série: U

**TOTAL A PAGAR (R\$)**  
**73,09**

**CLASSIFICAÇÃO**  
B1 RESIDENCIAL - RESIDENCIAL  
Trifásico

**RESERVADO AO FISCO**

8FDD A18C A68D 6296 5D66 579A 16B9 6FFA

**DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL**

	QUANTIDADE	PREÇO(R\$)	VALOR(R\$)
Consumo Ativo(kWh)	100,0000000	0,63412066	63,41
Acréscimo Bandeira AMARELA			0,82
Contribuição Iluminação Pública			4,82
Multa por atraso-NF 003864967 - 22/03/18			2,17
Juros por atraso-NF 003864967 - 22/03/18			1,23
Atualização IGPM-NF 003864967 - 22/03/18			0,64

Comunicamos o não pagamento da(s) conta(s) de energia citada(s):  
Vencido Dt reaviso Valor Vencido Dt reaviso Valor  
26/04/18 18/05/18 71,05

Em caso de não pagamento do débito, o fornecimento de energia poderá ser suspenso, bem como poderá ocorrer sua inclusão nos registros de restrição de crédito do SPC e SERASA, com abrangência nacional.  
Este comunicado não substitui o aviso de débitos anteriores bem como não abrange débitos em discussão judicial que poderão ser cobrados após o fim do processo.

Tarifa Aplicada  
Consumo Ativo(kWh) 0,47647827

**HISTÓRICO DO CONSUMO**

	kWh
MAI 18	100
ABR 18	117
MAR 18	203
FEV 18	141
JAN 18	144
DEZ 17	141
NOV 17	131
OUT 17	147
SET 17	153
AGO 17	131
JUL 17	100
JUN 17	100
MAI 17	100

**TOTAL DA FATURA**

73,09

**INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS**

ICMS		PIS		COFINS	
BASE DE CÁLCULO	%	BASE DE CÁLCULO	%	BASE DE CÁLCULO	%
64,23	18,00	11,56	1,22	64,23	5,64
					3,62

**DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL**

NÚMERO DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		Nº DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA				
2131745810	CAT CRT	19/04/2018	3.867,00	18/05/2018	3.946,00	29	1,00000		59,00
2131745810		19/04/2018	3.167,00	18/05/2018	3.209,00	29	1,00000		42,00

DATA PREVISTA DA PRÓXIMA LEITURA: 19/06/2018

**DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES**

DESCRIÇÃO	CONJUNTO	VALOR APLICADO	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIM	LIMITE ANUAL
DIC-Nº de horas sem Energia	DIX SEPT ROSADO	mar/2018	0,0000	5,31	10,62
FIC-Nº de vezes sem Energia			0,0000	3,17	6,35
DMIC-Duração máxima de interrupção contínua			0,0000	3,03	0,00
DICRI-Duração de interrupção em dia crítico					Limite DICRI: 12,22
EUSD-Valor do Encargo de uso do sistema de distribuição					R\$ 23,42

Todo Consumidor pode solicitar a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer tempo.

**NÍVEIS DE TENSÃO**

TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO(V)	
	MÍNIMO	MÁXIMO
220	202	231
380	348	396

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

**FORMAÇÕES IMPORTANTES**

partir de 22/04, tarifa com reajuste médio de 14,88% para Baixa Tensão e 17,47% para Alta Tensão-REH 2 386/18.  
o pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie.  
a data da leitura a bandeira em vigor é a Amarela. Mais informações em www.aneel.gov.br.  
cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento.  
agto. em atraso gera multa 2%(Res414/ANEEL), Juros 1%a.m(Lai 10.438/02) e atualização monetária no próx. mês.  
Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.  
n caso de suspensão de fornecimento, o encerramento do contrato poderá ocorrer após 2 ciclos de faturamento,  
sendo também ser cobrado o custo de disponibilidade no ciclo em que ocorrer a suspensão.



**DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO**  
**CIRCULAR SUSEP 445/12**

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES:**

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.SUSEP.GOV.BR/BIBLIOTECABWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP<sup>1</sup> nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF**<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

<sup>2</sup> Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº9.613/98.

Pelo exposto, eu Adonias Francisco de Melo inscrito (a) no CPF sob o Nº 633.083.564/20, na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário Valdeir Felipe Bezerra inscrito (a) no CPF sob o Nº 123.161.604/61, do sinistro de DPVAT cobertura Inválida da Vítima Valdeir Felipe Bezerra, inscrito (a) no CPF sob o Nº 123.161.604/61, conforme determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: Recuso Renda: Recuso e apresento os documentos comprobatórios:

Recuso

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço		Número	Complemento
<u>Sítio Monte Alegre</u>		<u>500</u>	<u>Casa</u>
Bairro	Cidade	Estado	CEP
<u>Zona Rural</u>	<u>Colônia do Rio São Pedro</u>	<u>PE</u>	<u>59.190.000</u>
Email	Telefone comercial (DDD)		Telefone celular (DDD)
			<u>184/9-9882-8771</u>

Monte Alegre de Setembro de 2018

Local e Data

x Adonias Francisco de Melo  
Assinatura do Declarante

DLDR.L001 V001/2017





## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Adonias Francisco de Melo,

RG nº 1084567, data de expedição 17/07/2018 órgão SSP/RE,

CPF nº 673.093.564-20 venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Sítio Monte Alegre</u>
Número	<u>600</u>
Apto / Complemento	<u>Casa</u>
Bairro	<u>Zona Rural</u>
Cidade	<u>Governador Dix-Sept Rosado</u>
Estado	<u>RU</u>
CEP	<u>39.790.000</u>
Telefone de Contato	<u>(84)9-9852-8771</u>
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Mossoró RU 31.07.2018

Assinatura do Declarante: Adonias Francisco de Melo





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 06 de Maio de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190306449

Vítima: VALDEIR FELIPE BEZERRA

Data do Acidente: 11/06/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: ADONIAS FRANCISCO DE MELO

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), VALDEIR FELIPE BEZERRA

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Carta nº 14270971





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró  
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo: 0811848-63.2019.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: VALDEIR FELIPE BEZERRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

#### DESPACHO

Vistos, etc.

Intime-se a parte autora, por seu advogado, para emendar a petição inicial, no prazo de 15 dias, adequando o valor da causa ao proveito econômico pretendido, consoante artigo 292, V, do Código de Processo Civil.

Cumpra-se.

MOSSORÓ/RN, 08 de agosto de 2019

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)







Em anexo.



Kelly Maria Medeiros do Nascimento  
Wamberto Balbino Sales  
Rua Antônio Vieira de Sá, 986, Aeroporto  
Mossoró – Rio Grande do Norte  
(84) 9.9852-8771

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 6ª  
VARA CÍVEL DA COMARCA DE MOSSORÓ, ESTADO DO RIO GRANDE NORTE.**

**Processo: 0811848-63.2019.8.20.5106**

**VALDEIR FELIPE BEZERRA**, devidamente qualificado nos autos da ação de cobrança, número em epígrafe, vem respeitosamente perante V. Exa., por intermédio de sua bastante procuradora que esta subscreve, em atenção ao despacho deste Juízo, expor e requerer o seguinte:

**- DA IMPOSSIBILIDADE DE PREVISÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DA DEMANDA**

Douto Julgador, o Código de Processo Civil, em seu art. 324, §1º, II, III, revela a possibilidade de formulação de pedido genérico, senão vejamos:

§1º. É lícito, porém, formular pedido genérico: (...)

II – Quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato;

III – quando a determinação do objeto ou do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo Réu;





Kelly Maria Medeiros do Nascimento  
Wamberto Balbino Sales  
Rua Antônio Vieira de Sá, 986, Aeroporto  
Mossoró – Rio Grande do Norte  
(84) 9.9852-8771

---

A lei 11.945/09 inseriu a legislação, uma tabela de parâmetros acerca dos percentuais a que serão submetidas quando da aferição do grau de invalidez, conforme se vê abaixo:

Art. 30, §1º. No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009) (grifo nosso).

Com a inclusão dessa tabela na lei, encerrou-se a polêmica jurisprudência acerca dos critérios para o cálculo da indenização proporcional. Instado a se manifestar, o Superior Tribunal de Justiça admitiu a validade da utilização dessa tabela para redução proporcional da indenização a ser paga por seguro DPVAT, em situações de invalidez parcial.

Pelo Exposto, vem a parte autora informar a V. Exa., que, diante da impossibilidade de previsão do resultado líquido da demanda, atribui-se à causa o valor de 1 (um) salário mínimo para efeitos meramente fiscais, reiterando que pugna pela indenização no valor a ser auferido após a realização da perícia médica, obedecendo a Tabela incluída pela Lei 11.945/09, pugnando pela prosseguimento da demanda, sendo desta forma, feita a mais lúdima Justiça.

Termos em que,

Espera o deferimento.

Mossoró – Rio Grande do Norte, aos 14 de setembro de 2019.

**Kelly Maria Medeiros do Nascimento**  
**OAB/RN 7.469**





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró  
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

---

Processo: 0811848-63.2019.8.20.5106

Parte Autora: AUTOR: VALDEIR FELIPE BEZERRA

Parte Ré: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DECISÃO

Em atenção às alegações trazidas pelo autor na petição de ID. Num. 49333103, é preciso mencionar que, de acordo com os arts. 291 e 292, V, do CPC/2015, a toda causa será atribuído valor certo e, nas ações indenizatórias, este corresponderá ao valor pretendido.

"Art. 291. A toda causa será atribuído valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível.

Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será:

V - na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, o valor pretendido;"

Ainda, nos termos do art. 292, §3º do CPC/2015, o juiz deve corrigir de ofício e por arbitramento o valor da causa quando verificar que não há correspondência quanto ao conteúdo patrimonial em discussão ou proveito econômico perseguido pelo autor. No caso dos autos, verifica-se que há verdadeiramente uma Ação de Cobrança em que o autor pleiteia que a demandada efetue o pagamento da indenização estabelecida pela Lei nº 6.194, de 19 de Dezembro de 1974, em virtude da invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico. Dessa forma, considerando o que preceitua o art. 3º, II, da Lei nº 6.194/1974, os danos pessoais cobertos pelo seguro por invalidez permanente serão pagos até o montante máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

**Isto posto, com fulcro no que leciona o CPC/2015 em seu art. 292, §3º, corrijo de ofício o valor da causa e o arbitro em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).**

Ato contínuo, considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139,VI do CPC, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida (CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para realização da perícia, devendo a parte autora ser intimada pessoalmente, para comparecer ao ato. Saliente-se que, caso a parte autora não compareça à perícia, NÃO será concedida oportunidade de reaprazamento de perícia por ausência injustificada, culminando assim na preclusão da prova pericial e no consequente julgamento do mérito.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz (CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público.

Adotadas as supraexpostas providências, voltem-nos conclusos.

Publique-se. Intime-se.

MOSSORÓ /RN, 15 de outubro de 2019

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró  
Alameda das Carnaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

---

Processo: 0811848-63.2019.8.20.5106  
Parte Autora: AUTOR: VALDEIR FELIPE BEZERRA

Parte Ré: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DECISÃO

Em atenção às alegações trazidas pelo autor na petição de ID. Num. 49333103, é preciso mencionar que, de acordo com os arts. 291 e 292, V, do CPC/2015, a toda causa será atribuído valor certo e, nas ações indenizatórias, este corresponderá ao valor pretendido.

"Art. 291. A toda causa será atribuído valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível.

Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será:

V - na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, o valor pretendido;"

Ainda, nos termos do art. 292, §3º do CPC/2015, o juiz deve corrigir de ofício e por arbitramento o valor da causa quando verificar que não há correspondência quanto ao conteúdo patrimonial em discussão ou proveito econômico perseguido pelo autor. No caso dos autos, verifica-se que há verdadeiramente uma Ação de Cobrança em que o autor pleiteia que a demandada efetue o pagamento da indenização estabelecida pela Lei nº 6.194, de 19 de Dezembro de 1974, em virtude da invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico. Dessa forma, considerando o que preceitua o art. 3º, II, da Lei nº 6.194/1974, os danos pessoais cobertos pelo seguro por invalidez permanente serão pagos até o montante máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

**Isto posto, com fulcro no que leciona o CPC/2015 em seu art. 292, §3º, corrijo de ofício o valor da causa e o arbitro em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).**

Ato contínuo, considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139,VI do CPC, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida (CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para realização da perícia, devendo a parte autora ser intimada pessoalmente, para comparecer ao ato. Saliente-se que, caso a parte autora não compareça à perícia, NÃO será concedida oportunidade de reaprazamento de perícia por ausência injustificada, culminando assim na preclusão da prova pericial e no consequente julgamento do mérito.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz (CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público.

Adotadas as supraexpostas providências, voltem-nos conclusos.

Publique-se. Intime-se.

MOSSORÓ /RN, 15 de outubro de 2019

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



